

Apresentação

Explorando os sentidos sociais da economia

Nadya Araujo Guimarães e André Vereta-Nahoum

Passaram-se treze anos desde que a *Tempo Social* dedicou um primeiro Dossiê a estudos que mobilizavam as ferramentas e as tradições analíticas das ciências sociais para compreender fenômenos econômicos. Dois mil e quatro foi um importante ano para a construção da sociologia econômica no Brasil. Naquele momento, e sob inspiração da literatura que nos chegava dos Estados Unidos, da França e, em menor medida, do Reino Unido, já havia no Brasil um movimento de rearticulação de pesquisadores que se dedicavam a temas como desenvolvimento econômico, trabalho e empresários em torno da rubrica *sociologia econômica*. Não sem razão, portanto, a publicação do Dossiê coincidiu, no mesmo ano de 2004, com a proposição do primeiro grupo de trabalho reunindo parcela importante desses pesquisadores no âmbito do principal fórum de cientistas sociais no Brasil, o Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Mas 2004 foi igualmente especial na difusão da assim chamada “nova sociologia econômica” em escala internacional. Naquele ano finalizaram-se os trabalhos de preparação da segunda (e marcante) edição do *Handbook of economic sociology*, organizado por Smelser e Swedberg (2005), reunindo uma plêiade de intelectuais atentos ao campo. Parte do argumento contido na nova introdução a esse volume, preparada por Swedberg, seria de algum modo antecipada em seu texto que a *Tempo Social* divulgou no Dossiê que veio à luz no volume 16, número 2.

É certo que o projeto de um conhecimento sociológico sobre as práticas e conhecimentos econômicos é quase tão antigo quanto a sociologia mesma. Tanto Durkheim

(Steiner, 2005) como Weber (Swedberg 1989) expressaram o desejo de construir um conhecimento sociológico específico sobre fenômenos econômicos e deitaram as bases para tal. O *Année Sociologique* mantinha uma seção dedicada ao campo, sob a responsabilidade de Simiand (Steiner, 2005a), e, no longo capítulo 2 de *Economia e sociedade*, Weber retomara o material desenvolvido em suas aulas sobre história econômica geral para definir o que seria uma sociologia da economia e quais deveriam ser as suas categorias-chave (Swedberg, 2000). É também do início do século passado a *Filosofia do dinheiro*, de Simmel (1900). Na antropologia, igualmente, as trocas e o dinheiro foram temas presentes nas primeiras preocupações disciplinares, notadamente nas obras de Malinowski ([1922] 2002) e Mauss ([1923-1924] 2005).

Entretanto, não há como negar o incremento vertiginoso do interesse e da produção acadêmica a respeito da economia entre cientistas sociais nas últimas décadas, mesmo se reconhecermos os limites da esquemática narrativa que apontava o final dos anos de 1970 como o momento de superação da rígida divisão acadêmica que teria mantido os cientistas sociais distantes dos fenômenos estudados pelos economistas. Com efeito, bem sabemos que os sociólogos não haviam propriamente abandonado o econômico (e disso dão exemplo trabalhos como os de Parsons e Smelser, 1956; ou Smelser, 1963), nem os economistas jamais renunciaram à pretensão de explorar os fundamentos comportamentais em seus modelos de ação econômica, o que é patente já desde Smith, perpassando as ideias de Mill, Marshall e Pareto. O modo e a temporalidade como, mais recentemente, tais interfaces foram sendo construídas expressaram, antes, as diferentes condições institucionais e intelectuais, próprias a cada contexto nacional de pesquisa; um tema, de resto, já fartamente investigado (Swedberg, 1987; Convert e Heilbronn, 2007; Steiner, 2005b). De qualquer maneira, quer como reação ao avanço dos economistas sobre explicações de comportamentos sociais, quer como produto de uma frustração com respeito a essas mesmas explicações, ganhara fôlego, a partir dos anos de 1980, uma sociologia econômica que se reivindicava nova. A antropologia, por seu turno, dedicou igualmente renovada atenção à economia.

O florescimento do interesse dos sociólogos por compreender os fenômenos econômicos assentou-se, fundamentalmente, em três perspectivas: (i) a dos imbricamentos estruturais, cognitivos políticos e culturais da economia, como na proposta de Zukin e DiMaggio (1990), seja em redes relacionais, como nos estudos seminais de Granovetter (1985), Burt (1992) e White (2002), seja em campos, como em Bourdieu (2000) e Fligstein (2002); (ii) a das institucionalidades que garantem o funcionamento de mercados em meio à incerteza, como nas análises de Beckert (2009) e Aspers (2010); ou (iii) a dos modos como teorias e modelos econômicos exercem efeitos de performatividade sobre os agentes no mercado (Callon, 1998; Mackenzie *et al.*, 2008).

De início, os problemas que ocupavam os sociólogos em relação a fenômenos econômicos estavam ligados às organizações e suas formas de atuação (Meyer e Rowan, 1977; Dimaggio e Powell, 1983), ou aos mercados de trabalho (Granovetter, 1975; Kalleberg e Berg, 1987), foco que logo se ampliou para a organização dos mercados (White, 1981; Burt, 1992; Podolny, 1993), sua criação e modo de operação, bem como suas relações com o Estado e a economia política. Os condicionantes sociais, culturais e políticos desse processo foram detalhadamente escrutinados. Nesse filão, alguns autores, como Dobbin (1994), exploraram o papel das políticas industriais na formação de mercados; outros, como Fligstein (1996; 2002), trataram das regras estatais e concepções de controle na estabilização da concorrência; outros ainda, como Bourdieu (2000), debruçaram-se sobre as decisões acerca da moradia, ligando as políticas estatais de habitação e crédito às disposições dos indivíduos definidas pela sua posição no espaço social. A perspectiva da performatividade conferiu especial atenção à criação de novos instrumentos financeiros, quadros de referência e cálculo, assim como modelos de atuação nos mercados de capital (Mackenzie e Millo, 2003).

Já a antropologia de inclinação marxista de Godelier (1977) retirou a economia de sua posição secundária nos estudos antropológicos, debruçando-se sobre os modos de produção, de maneira a revalorizar a economia como infraestrutura de todas as sociedades humanas. Mas não demorou para que a cultura ressurgisse em conexão com processos de produção, circulação, troca e consumo de objetos, tratada não como epifenômeno daquela, mas como elemento orientador desses processos. Trabalhos seminiais, como os de Appadurai (1986), Kopytoff (1986) e Thomas (1991), mesclaram estudos de cultura material e teoria das trocas para revelar as negociações em torno das formas de circulação dos objetos. As significações dos objetos tornaram-se, então, um domínio de forte apelo na antropologia e na sociologia do consumo. A expressão subjetiva e social por meio do consumo ocupou diversos cientistas sociais, tanto quanto o papel da cultura material (Belk, 1988; Bourdieu, 1979; Douglas e Isherwood, 1978; McCracken, 1988; Miller, 2009).

As moedas e o dinheiro também ressurgiram como objeto, agora para mostrar a sua pluralidade, bem como a dos usos e relações que ensejam em análises de múltiplos contextos e escalas. Esses trabalhos colocaram em xeque, ou ao menos submeteram a teste empírico, uma interpretação corrente da teoria social clássica, presente com mais intensidade no trabalho de Simmel (1900), segundo a qual mercado e comunidade, dinheiro e sociabilidade conformariam mundos *hostis*, bem como o argumento de que o dinheiro moderno, das relações mercantis, seria um dinheiro unicamente de uso geral. Ao observar a presença do dinheiro em relações diversas, como as familiares, pôde-se compreender o dinheiro na intimidade – ou para compensá-la – e os esforços para administrá-lo nesses contextos (Zelizer, 2005), bem como o trabalho

para separar dinheiro e relações, criando diferenciações e reservas para meios de pagamento (Zelizer, 1994).

O dinheiro também foi examinado em contextos em que a teoria clássica o julgaria corrosivo de outras formas de pagamento, como em nações em desenvolvimento, ou em situações de escassez, controle de poupanças e multiplicidade de moedas de curso legal. Guyer (2004) escrutinou a sua presença em sistemas regionais de trocas e pagamentos na África Ocidental, que envolvem múltiplos meios e trocas que convertem valores. A relação das sociedades com o dinheiro e os sentidos atribuídos a seu uso como mediador em relações foram analisados comparativamente para os contextos chinês e estadunidense por Martin ([1986] 2015). Os sentidos do dinheiro, as dificuldades para administrá-lo e as estratégias desenvolvidas para as trocas cotidianas em um contexto de multiplicidade e escassez monetária foram, ainda, objeto das pesquisas de Luzzi (2005) e Wilkis (2013). Sem contar que, em termos mais gerais, as formas diárias e ordinárias de cálculo já haviam sido também examinadas por Weber (2002).

O desenvolvimento econômico também tornou-se objeto de análise, e não mais em termos de trajetórias e estratégias, como na literatura da economia política (Gereffi e Korzeniewicz, 1994). Entre os novos estudos, alguns trataram-no como uma forma de conhecimento e intervenção na realidade terceiro mundista (Escobar, 1995); outros, propuseram-se a compreender experiências locais e concretas envolvendo políticas nacionais e multilaterais, como no estudo de Ferguson (1999) sobre as expectativas – e frustrações – em torno de promessas e planos de modernização; outros, ainda, dedicaram-se a pesquisas sobre processos de transferência de concepções e conhecimento produzidos em organismos multilaterais e agências de desenvolvimento, e sua reinterpretação e implementação locais (Green, 2014).

No primeiro Dossiê destinado à sociologia econômica, a *Tempo Social* mostrava-se atenta a esse movimento de renascimento que chegava ao Brasil e era apropriado por cientistas sociais interessados em renovar seus campos, inspirados por essas novas perspectivas. Urgia demonstrar seu potencial aos leitores brasileiros; e isso fizemos com o número 2 do volume 16. Entretanto, significativos avanços tiveram lugar no campo temático desde então, aqui e alhures. Foi pensando na necessidade de ventilar tais novidades, de maneira a demonstrar a diversidade de temas e de abordagens com que sociólogos e antropólogos têm, mais recentemente, se dedicado a compreender práticas e conhecimentos econômicos, que decidimos trazer à luz este novo Dossiê, intitulado-o “Os sentidos sociais da economia”.

Este é um tema que se pretende valer do (e assentar no) diálogo travado entre as ciências sociais acerca dos fenômenos econômicos. Nutrir esse longo diálogo tem sido uma empresa a um só tempo desafiante e produtiva. Com efeito, a sugestão de

fazer convergir os esforços das diferentes ciências sociais em torno da compreensão do econômico existe ao menos desde que Schumpeter (1954) propôs uma “ciência social universal”, integrando as diferentes disciplinas – aí compreendidas a economia e a história – de maneira a bem entender a vida econômica e suas imbricações com a vida social em toda a sua complexidade.

Entretanto, e em termos práticos, o engajamento no diálogo interdisciplinar permaneceu modesto, mas nem por isso carente de importância. Duas figuras centrais para o campo, Mauss e Polanyi, moveram-se entre disciplinas e permanecem como referências obrigatórias para sociólogos e antropólogos. As ideias de Mauss seguem sendo inescapáveis quando se trata de discutir as trocas e o altruísmo mesmo nas relações contratuais modernas, como aliás o faz Philippe Steiner, em artigo neste Dossiê. Polanyi (1944), por sua vez, legou-nos uma das noções centrais ao debate em torno da dimensão social das práticas econômicas, a de *enraizamento* (*embeddedness*). Quer se concorde com a perspectiva que reconhece o caráter social dessas práticas pelo seu enraizamento em redes, campos ou instituições, quer se critique essa perspectiva (Beckert, 1996) ou ainda se questione qual, entre os múltiplos sentidos que o termo ganhou, seria o significado de enraizamento (Gemici, 2008), o conceito permanece importante. Mais que isso, a reflexão de Polanyi, por sua forte ancoragem antropológica e histórica, legou-nos uma proposta de análise da economia como um processo institucionalizado, em que se substitui a aplicação dos modelos econômicos pela atenção aos sentidos nativos na análise das trocas (Polanyi, 1957). Uma proposta que segue a inspirar a reflexão contemporânea, nutrindo-a nesse fecundo diálogo interdisciplinar, de que darão testemunho os textos aqui reunidos¹.

Mas quais foram as principais novidades nos anos transcorridos desde que veiculamos o primeiro Dossiê, em 2004? Quiçá a mais destacável dentre elas seja o abandono do discurso belicoso contra a economia que parecia constitutivo da assim chamada “nova sociologia econômica” em seu nascedouro. A maturidade do campo dispensou a luta pela legitimidade sobre a análise do econômico e liberou os cientistas sociais para estudarem o econômico por suas próprias lentes. Um desdobramento que, de resto, já havia sido notado por Abramovay (2004), em seu artigo veiculado no primeiro Dossiê.

Outro desenvolvimento alterou a relação com a economia: a tese seminal de que os axiomas dos economistas são, mais que proposições descritivas, enunciações

1. Tal diálogo interdisciplinar permanece bastante produtivo no Brasil e no Cone Sul. Assim, não deixa de ser significativo que o título “Estudos sociais da economia” tenha sido escolhido para designar uma rede regional de pesquisadores dos fenômenos sociais que atualmente vem congregando sociólogos e antropólogos do Brasil, Argentina, Chile e México. Essa rede tem no blog *Estudios Sociales de la Economía*, disponível em <http://www.estudiosdelaeconomia.wordpress.com>, um ponto de encontro virtual.

performativas que procuram construir realidades econômicas em associação com outros elementos, ideológicos e materiais (Callon, 1998). Motores, não câmeras, na feliz metáfora de Mackenzie (2006). A riqueza desse filão interpretativo fez aumentar nos últimos anos, e de maneira notável, o interesse pelos conhecimentos econômicos e seus efeitos. Não se tratava mais de apontar os erros dos economistas, um procedimento retórico tão usual na literatura da sociologia econômica de décadas anteriores. Havia que tratá-los como sujeitos de pesquisa e, assim fazendo, conferir às suas práticas de construção de conhecimento a condição de objetos.

As finanças e os mercados de capital constituíram-se em domínios de pesquisa especialmente atraentes, a respeito dos quais foram produzidas etnografias exemplares, como as de Zaloom (2006) e de Miyazaki (2013), e entre nós, a de Müller (2006). Uma atração que se aprofundou com a crise financeira de 2008, a qual, partindo do mercado imobiliário nos Estados Unidos e de alguns países da Europa e espalhando-se rapidamente pelo globo, operou um choque que tomou de assalto o próprio campo científico. A pressão para que as ciências sociais oferecessem suas respostas fortaleceu a urgência de análises que colocassem sob escrutínio as práticas econômicas, os conhecimentos especializados – teorias, teoremas, modelos e mitos –, bem como as técnicas e as estruturas materiais sobre as quais estas estavam baseadas. Um movimento que cedo ecoa no Brasil através dos estudos de Grün (2010).

Em conjunto, esses movimentos levaram a um crescente interesse em revelar como se constroem e quais os efeitos dos saberes especializados em torno de problemas econômicos como a dívida pública (Roitman, 2004), a inflação (Neiburg, 2007), assim como o resultado das comunicações dos bancos centrais sobre a política monetária e o desempenho econômico mais amplo (Holmes, 2013). Essas pesquisas procuravam compreender como instituições e seus agentes definem, por meio de seu conhecimento, as condições e as formas de intervenção no governo dos mercados e das moedas, assim como sua articulação com as práticas econômicas. A própria formação dos economistas como corpo social especializado para realizar diagnósticos e apontar caminhos de governança foi objeto de estudos competentes desenvolvidos por autores como Lebaron (2000 e 2010) e Fourcade (2010).

Outra senda de estudos com significativo desenvolvimento recente é aquela em torno da formação de valor e seus dispositivos. O enigma do valor e da qualidade foi explorado para diferentes mercados e situações (Beckert e Aspers, 2011), inventariando-se múltiplos dispositivos de avaliação (Karpik, 2010). Esse objeto foi enfrentado com mais razão para compreender os processos sociais de definição de valor de bens que, cercados de uma aura simbólica, resistem a uma precificação transparente e aberta que reduziria seu valor, como é o caso das obras de arte (Velthuis, 2005). Ou ainda, para compreender esse processo em compensações por bens

ou serviços intangíveis, não oferecidos no mercado e, por isso, sem um preço, como as relações de intimidade (Zelizer, 2005) ou a natureza (Fourcade, 2011), situações em que juízos de valor sociais importam muito.

E como esquecer o impacto dos estudos que se voltam, hoje, para refletir sobre os dispositivos materiais e os aspectos infraestruturais das relações econômicas? O seu efeito no campo dos estudos sociais da economia (e, sobretudo, das finanças) tem sido, ao longo da última década, tão relevante quanto foi o da tese da performatividade. Damos, nesse momento, novos passos no sentido de bem entender os elementos que conformam os agenciamentos calculativos ou mercantis (Callon *et al.*, 2007; Çaliskan e Callon, 2009; Çaliskan e Callon, 2010), criando critérios quantitativos de comensurabilidade, que permitem calcular o valor.

Em suma, os anos que nos separam do primeiro Dossiê veiculado em 2004 pela *Tempo Social* foram de notável ebulição, na economia, na Economia e, como não podia deixar de ser, na sociologia voltada aos fenômenos econômicos. As reflexões que veiculamos neste novo número têm em comum o propósito de investigar os sentidos que as práticas e os conhecimentos econômicos, especializados e/ou leigos, adquirem conforme vão sendo construídos, pelos próprios atores, em suas interações. Ademais, e sintonizados com os desdobramentos recentes da sociologia econômica, a economia é aqui compreendida tanto como campo da ação social, quanto como conjunto de saberes especializados. Não sem razão, o foco temático é propositadamente amplo, abarcando ações, instituições, agentes, processos, agenciamentos e articulações, definidos e construídos como econômicos².

Abrimos o Dossiê tratando o tema da troca, categoria basilar para pensarmos a vida econômica. Dois artigos explorarão a sua natureza com base na análise de algumas de suas formas em sociedades hoje existentes. No primeiro deles, “A dádiva organizacional: dádiva à distância e circuitos de troca”, Philippe Steiner retoma e dialoga com as ideias de Marcel Mauss, ao tempo que avança com respeito a leituras contemporâneas que nele se inspiraram, como a de Alain Caillé. Mas, dirá o leitor, por que apresentar novidades analíticas em torno de uma noção tão central, como a de “troca”, partindo de uma categoria que para muitos seria antediluviana, como a de “dádiva”? Steiner aponta para aquele que talvez seja o principal fascínio exercido, entre nós, intérpretes, por essa forma de troca. Tal como Mauss indicara no seu ensaio já quase centenário,

2. Ademais, a pluralidade de autores documenta a riqueza dos estilos de reflexão produzidos em distintas comunidades acadêmicas, tanto ao norte quanto ao sul do Equador. Ao leitor que percorra o conjunto dos textos aqui veiculados não deixará de ser intrigante observar como uma gama tão ampla de problematizações, teóricas e empíricas, parece confluir para um projeto de conhecimento que a todos mobiliza. Isso também reflete os avanços na construção institucional do campo que tiveram lugar desde o início dos anos 2000, tanto em escala nacional como internacional.

a dádiva nos dá uma das pistas para identificarmos as vias principais de produção da solidariedade social. E isso vale não apenas para as sociedades ditas “mais simples”, estudadas pela antropologia clássica, mas igualmente para as sociedades modernas. Com efeito, como entender as formas de sociabilidade primária, que marcam o nosso cotidiano com múltiplas obrigações de dar, receber e retribuir, se retirarmos a ideia de dádiva do espectro analítico da ciência social? Mais ainda, e com Caillé (2000), como interpretar a explosão associativista contemporânea, que vai da filantropia ao voluntariado, sem imaginarmos uma dimensão política para a dádiva? Assim cunhada, sentido alargado, tomam-se de empréstimo à dimensão privada (primária) dessa fascinante forma de troca algumas importantes características que ajudam a deslindar o mundo burocrático e mercantil da eficiência utilitarista, fundamento (supostamente) exclusivo das relações secundárias tecidas na esfera do público. Entretanto, dirá Steiner, essa nova modalidade de dádiva, uma “dádiva a estranhos”, persistiu sendo pensada, e de modo fiel à intuição de Mauss, como um intercâmbio entre indivíduos. Todavia, nas sociedades contemporâneas, as organizações tornam-se suportes centrais às formas de sociabilidade secundária; sendo assim, por que não considerá-las como atores legítimos da troca? Mas, para tal, carecemos de construir instrumentos conceituais, desafio ao qual Steiner se dedica nesse seu texto.

Seu intuito, refletir sobre uma forma particular de doação que se dissemina, no presente, em situações em que uma ou mais organizações se colocam entre o doador e o donatário. Para melhor diferenciá-la, Steiner a denomina “dádiva organizacional”. Após caracterizar essa forma de doação, em comparação com a dádiva maussiana, o artigo examina as três características que a especificam: o papel desempenhado pela organização intermediária, que separa o doador e o donatário ao mesmo tempo que os conecta; os “circuitos de comércio” pelos quais passam as dádivas organizacionais, intercalando trocas mercantis e dádiva; e a dificuldade do exercício da reciprocidade com respeito à dádiva, haja vista a ausência de um contato direto entre doador e donatário, visto tratar-se de uma prática social assentada o mais das vezes no anonimato. Ao desvelar essa modalidade singular de troca, Steiner evidencia o vigor da inspiração advinda de interpretações clássicas para ajudar a pensar a circulação em mercados modernos, opacos e globalizados. Mais ainda, ao avançar na compreensão das formas e práticas da dádiva organizacional, ajuda-nos a entender a troca como um momento na formação de uma solidariedade à distância entre os seres humanos, tema especialmente relevante na contemporaneidade. Mas, e ao mesmo tempo, um tema desafiador, na medida em que nos instiga a ultrapassar a clivagem entre a sociabilidade primária e a sociabilidade secundária, entre o mundo do afetivo e o da utilidade-eficiência, presente nos clássicos mas por muito tempo reproduzida nas teorias contemporâneas acerca da vida econômica.

No segundo texto, “Conversões da dívida entre os Yawanawá: um modelo de análise dos fundamentos culturais, sociais e políticos da troca”, André Vereta-Nahoum nos instiga a seguir refletindo sobre a troca. Explora os modos pelos quais o dinheiro, as mercadorias e as transações mercantis se encontram enredados em uma teia de relações tecidas com base em obrigações sociais, políticas e culturais. São relações que envolvem afetos, direitos e obrigações, gerando fluxos de serviços, bens e dinheiro e regulando as formas apropriadas de prestação. Por isso mesmo, argui Vereta-Nahoum, nelas radica o sentido último da troca, que, como sociólogos, estamos desafiados a evidenciar. Mobilizando material coletado entre os Yawanawá, uma população nativa do sudoeste amazônico, o autor analisa como dívidas oriundas de relações políticas, assim como serviços relacionados com rituais e curas, geram prestações sob a forma de dinheiro, bens e serviços. A análise mostra como a relação de troca não apenas comporta uma dimensão produtiva, associada à satisfação de utilidades, mas também implica um trabalho ideológico que a subordina a objetivos de reprodução social e cultural; bem assim, ela se revela um território no qual se exprimem expectativas e se negociam tensões. Para escapar ao risco de diluir a riqueza dessas transações em tipos genéricos e apriorísticos de regimes de troca, Vereta-Nahoum desenvolve a noção de “conversões da dívida”. Por dívida, o autor entende uma obrigação moral caracterizada por uma extensão e uma forma de cumprimento que lhe são próprias, sem que disso resulte uma equivalência quantitativa necessária entre a prestação e a contraprestação. Ao recorrer à noção de “conversão”, procura denotar a existência de uma transformação que não extingue a dívida; ao contrário, uma vez operada por uma prestação, têm continuidade tanto a relação como o fluxo de transações, de forma que um valor recebido é transformado em outro, de diferente natureza, para recompensar a dívida, circulando, assim, sob diferentes regimes de troca. Não sem razão o autor se vale sistematicamente do plural, a denotar o sentido processual, de recorrente transmutação – “conversões”, enfim –, no bojo do qual se atualizam permanentemente as obrigações. A sociologia da troca que assim se erige é devedora da interpretação de antropólogos como Marshall Sahlins, para quem transações são episódios no curso de uma relação social que se caracteriza por sua continuidade, ou, para dizê-lo nos termos da sociologia econômica que se propaga a partir dos anos de 1980, há muito mais que interesses comerciais ou econômicos a vincular indivíduos e bens, no curso das relações de troca.

Chegados a esse ponto, nós nos vemos, tal como no texto de Philippe Steiner, desafiados a ultrapassar a figuração abstrata que antepõe um “regime de troca mercantil”, movido pelo interesse utilitário e característico das sociedades complexas, a um “regime de dádiva”, associado ao altruísmo dos agentes e à inalienabilidade dos objetos. Uma dicotomia que, como muito bem sinaliza Vereta-Nahoum, nos legou

duas consequências analíticas perversas. Por um lado, reservou às sociedades e economias ditas “mais simples” (algumas vezes sugestivamente denominadas “arcaicas”) os enredamentos entre obrigações rituais, sociais, políticas e transações econômicas. Por outro lado, propugnou que a presença, nessas sociedades, do dinheiro e das regras e valores da troca mercantil teria o poder de despersonalizar as relações e, assim fazendo, pôr em risco os fundamentos em que se assentavam, tal como se teria verificado nas sociedades capitalistas, ditas “modernas”. Para Vereta-Nahoum, ao contrário, a vantagem da noção de “conversões da dívida” reside em sua capacidade de nos permitir representar os fluxos de transações sob diferentes regimes de troca, retendo, como ponto de partida, as relações que lhes dão origem. Nesse sentido, quem diz “conversão” alude a socialidade. Por isso mesmo, essa é uma perspectiva analítica que pode ser estendida a outros contextos e circuitos de troca, de maneira a revelar o enraizamento das transações econômicas em redes de obrigações e afetos familiares, comunitários, políticos e complexos simbólicos.

Depois de focalizar a relação de troca, o Dossiê reúne quatro outros artigos nos quais o interesse se volta para entender o comportamento dos agentes econômicos. A diversidade desses agentes é notável, deixando entrever as múltiplas construções analíticas que nos são oferecidas pelos autores. Assim, os textos recobrem desde vendedores em ônibus de Buenos Aires até bancos mobilizados em programa de inclusão financeira de correntistas pobres em favela carioca; desde agentes governamentais e firmas às voltas com as políticas de antitruste do governo brasileiro até empresas privadas intermediando a prestação de serviços públicos de saúde em São Paulo. Em comum, um interesse teórico: flagrar os modos pelos quais atores se constituem em processos/situações de permanente negociação social; ao fazê-lo, não apenas estabelecem, ou alargam, nichos para si próprios, mas também criam espaços sociais e contribuem a constituir outros atores, não necessariamente econômicos, que singularizam esses novos espaços.

Mariano D. Perelman, em “Vender nos ônibus: os *buscas* na cidade de Buenos Aires, Argentina”, analisa as performances desses trabalhadores, de modo a evidenciar as múltiplas relações que possibilitam o acesso e a permanência dos vendedores na atividade. Muito embora se trate de entender um agente que, a olhos menos atentos, se define pelo engajamento em uma relação de troca, Perelman sustenta, e com razão, que a sua tarefa não pode ser reduzida ao tempo da venda, ao momento em que um *busca* sobe no ônibus e oferece um produto. Esses minutos são fruto de uma série de relações que os vendedores criam e mantêm. Para reconhecê-las, o intérprete precisa ter em conta as regras próprias da atividade, a qual compreende desde a obtenção – ou produção – da mercadoria, até os modos corretos de se apresentar durante a venda, em um enlace que dificulta recortar, nos fatos observados, as práticas eco-

nômicas daquelas que não o são. Até porque os próprios atores reconhecem que os momentos de venda formam parte de uma série de outras relações cotidianas das quais são inseparáveis. Com efeito, os “buscas” criam e mantêm vínculos com muitos outros atores, construindo um território, um espaço socialmente construído. Mais ainda, o modo como trabalham e como figuram a relação entre atividade econômica e vida pessoal os faz diferentes dos ambulantes ordinários. Uma diferença que se assenta na identidade especial que forjam para si mesmos, a de “ser um *busca*”. Um verdadeiro modo de vida, argumenta Perelman, que se funda em uma representação própria sobre os elos e os constrangimentos da relação entre o modo de ganhar a vida pelo trabalho e o modo de vivê-la no extratrabalho; momentos que, de resto, se entrelaçam, interpenetram e constituem o “ser um *busca*”.

A cuidadosa etnografia e a inspiração retirada de autores seminais, como Viviana Zelizer, permitem ao autor travar um instigante diálogo com vertentes anteriores que também se debruçaram sobre o assim chamado “trabalho informal”. Com efeito, para Perelman, pensar a venda ambulante unicamente com base na linguagem da economia e do trabalho – mesmo quando se trata de uma forma de obtenção de dinheiro – elude as dinâmicas sociais que tornam possível a venda. Afinal, se essas dinâmicas acabam sendo econômicas, ainda que não tenham sido pensadas como tal, por que restringir as relações à esfera da troca? Por isso mesmo, faz-se necessário analisar a construção das múltiplas esferas do econômico como formas nativas de enunciação e delimitação. Nestas até mesmo se compreende o modo pelo qual a economia e certas vertentes da sociologia abordaram as atividades “informais”, assentando a legitimidade deste seu objeto de estudo na busca incessante por demonstrar a sua funcionalidade para a vida econômica; uma necessidade que apenas reflete a construção (dos economistas) tornada hegemônica. O estudo das formas de produção, de troca, circulação, fixação de preços ou de consumo precisa, por isso mesmo, escapar à armadilha de restringi-las aos entendimentos preestabelecidos por um grupo social, evitando analisar (e julgar) as práticas nativas a partir do marco interpretativo de outro grupo nativo. Assim, antes de equacioná-las analiticamente em termos de dever ser, ou de julgar as ações dos vendedores em função de uma (suposta) racionalidade econômica ou de uma (suposta) ética do trabalho (ou falta dela), Perelman procura indagar como se produz a venda, o modo pelo qual circulam as mercadorias, a maneira como os *buscas* criam relações, conferindo-lhes significado e, assim, constituem a venda ambulante e o ser um *busca* como uma forma digna de ganhar a vida. Embora evite partir da existência “real” de um modelo ideal, o autor tampouco esquece a existência imaginária e seus efeitos na realidade. Em suma, para ele, a economia não pode ser analisada apenas com base na economia; há que desnaturalizá-la. Isso equivale, no seu caso específico, a aceitar o desafio de entender as

relações sociais de troca, o comércio, como circuitos demarcados por uma fronteira, assentados em um conjunto de laços interpessoais significativos, que dotam de sentido as transações econômicas e os meios de troca a eles associados. Para tal é imperioso tomar a sério na análise a perspectiva e os significados atribuídos pelo agente.

No texto “Bancos na favela: relações entre agências bancárias e moradores de uma região urbana alvo de políticas de ‘pacificação’”, Lúcia Helena Müller reflete sobre os processos que conduzem à financeirização da vida social, fazendo igualmente o apelo à importância analítica do olhar centrado nos agentes econômicos. Em seu texto apresenta resultados de observação de uma experiência concreta: a instalação de agências bancárias em uma região da periferia da cidade do Rio de Janeiro, Brasil, ocorrida de forma concomitante às ações governamentais que visavam à “pacificação” da região, isto é, à tomada do controle, pelo Estado, de territórios que até então eram dominados por organizações ligadas ao tráfico de drogas. O trabalho de campo, desenvolvido em 2013 em torno de duas agências bancárias, a de um banco estatal e a de um banco privado, permitiu o acompanhamento do cotidiano dos indivíduos que com elas se relacionavam, fosse diretamente na condição de correntistas, fosse como usuários de serviços bancários (recebimento de salário, de aposentadorias, pagamentos de contas, obtenção de financiamentos), ou como beneficiários de políticas públicas (recebimento do benefício do programa Bolsa Família, do Seguro-desemprego e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS). O trabalho etnográfico possibilitou ainda explorar as formas como os funcionários dessas instituições se relacionavam com o público local, o que incluiu a análise das suas relações com moradores e comerciantes, com as diversas organizações que atuavam na região (associações, ONGS, igrejas etc.), com as lideranças locais, com agentes do poder público, com policiais e com agentes que mantinham alguma forma de relação com o tráfico de drogas.

Os resultados da análise vão de encontro a uma interpretação tão difundida quanto aligeirada sobre a financeirização. Na toada desse entendimento, as conclusões ganhavam um tom que com frequência se contentava com o denunciamento, asseverando o alargamento da subordinação da economia à lógica do sistema financeiro, sob o domínio aparentemente inexorável da chamada lógica neoliberal. Lúcia Helena Müller segue um caminho distinto e profícuo, corrente, hoje, entre os estudiosos dos sentidos da vida econômica: parte da análise de situações concretas, do estudo dos contextos sociais em que a financeirização tem lugar, de maneira a chegar às especificidades dos agentes nela implicados e aos efeitos de suas práticas, vistas sempre sob a ótica dos sujeitos envolvidos. Desse modo, sem ignorar os interesses e os ganhos obtidos pelas instituições financeiras envolvidas, nem os processos políticos mais amplos que englobaram a experiência que descreve, a autora reconhece que, tal como transcorria àquele momento, a promoção da oferta de serviços financeiros aos segmentos populares

era uma estratégia de inclusão social, sendo parte de uma política governamental cuja viabilidade estava condicionada à efetividade de outras políticas de larga escala. Nesse sentido, a chegada dos agentes financeiros dependeu do sucesso de intervenções que buscaram estabelecer o controle do Estado sobre um território que historicamente se encontrava fora ou às margens de seu domínio. A ação dos bancos que se instalaram na região dependeu, em grande medida, da mediação de outros agentes locais identificados pela população como socialmente comprometidos, ou de sua apresentação como agente distribuidor de benefícios fornecidos pelo Estado. Ademais, a autora documenta que, mesmo produzindo resultados comerciais similares, a oferta de serviços financeiros, a depender do perfil da instituição que a implementava, poderia assumir características muito diversas e produzir efeitos bastante desiguais em um mesmo grupo social, tanto entre os indivíduos que os executavam, como entre seus beneficiários. Por fim, sua rica abordagem etnográfica lhe permitiu evidenciar como, pela observação de processos concretos de financeirização, chegamos a vislumbrar dinâmicas sociais mais amplas; no caso estudado, a atualização (ou reconstrução) de fronteiras sociais, que se repunham mesmo em se tratando de processos de implantação de políticas que se pretendiam inclusivas.

A estratégia etnográfica novamente se revela profícua no modo como foi posta em ação por Gustavo Gomes Onto, em “O agente econômico e suas relações: identificando concorrentes na política antitruste”, um estudo conduzido no órgão governamental de defesa da concorrência do Brasil. O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) analisa e julga pedidos de fusões e aquisições entre empresas, de maneira a preservar a concorrência em mercados afetados pela concentração. Contudo, para que os analistas possam avaliar o risco de um eventual prejuízo à concorrência, há que saber quem e quantos são os concorrentes, ou seja, quais são esses agentes econômicos. Essa tarefa, aparentemente trivial, torna-se complexa diante da crescente financeirização da economia, que interconecta empresas em redes de relações de propriedade, obscurecendo as estruturas do controle empresarial. Com efeito, com o desenvolvimento do mercado de capitais no país, cada vez mais empresas de diversos setores abrem seu capital na bolsa de valores, vendendo suas ações entre vários compradores, pessoas físicas e jurídicas – bancos, fundos de investimento e outros acionistas – que assim se tornam proprietários e, por vezes, administradores dessas empresas. Quando entidades desse tipo solicitam aprovação para uma fusão, como os profissionais responsáveis pela análise antitruste definem o seu âmbito de atuação, uma vez que o controle administrativo ou a propriedade acionária estão distribuídos ou dispersos? Em outras palavras, em um contexto em que empresas estão cada vez mais vinculadas financeira, jurídica e administrativamente, como identificar quais as entidades que efetivamente concorrem em um mercado específico?

Utilizando como material etnográfico os procedimentos de investigação de uma fusão no setor de educação superior privada realizados pelos profissionais do Cade, o artigo descreve como se dá a identificação dessas entidades, ou seja, dos agentes que concorrem nesse mercado específico. Em sua descrição dessas práticas de identificação de concorrentes, Onto demonstra como órgãos que implementam políticas concorrenciais necessitam construir as entidades, ou seja, acabam por dar forma a um certo tipo de agenciamento econômico. Visto que essas entidades não são dadas de antemão e precisam ser definidas caso a caso, as práticas de conhecimento postas em ação pelos funcionários governamentais passam a ter a virtualidade de produzir, ao revelar, os agentes econômicos sobre os quais é exercida a regulação legal. O artigo de Onto se constitui, assim, em uma ilustração da fertilidade interpretativa da nova linha de investigação que se detém nas formas de agenciamento que perpassam e formatam a vida econômica. Os autores desse grupo argumentam que temos muito a ganhar em vigor analítico se considerarmos que tanto os modos de regulação (ou governo) estatais e legais, como a “economia” (ou os “mercados”) são constituídos por meio de práticas de conhecimento que envolvem conceitos, teorias, artefatos e tipos profissionais que cabe à socioantropologia da vida econômica trazer à luz.

Julio Cesar Donadone e Salli Baggenstoss também investem em entender a multiplicidade das formas assumidas pelos agentes nas trocas econômicas, destacando, em seu artigo, o papel dos “Intermediários e as novas configurações no tecido organizacional brasileiro: um estudo sobre as organizações sociais de saúde”. O alvo primeiro dos autores é sublinhar a crescente importância dos intermediários na economia brasileira, em um movimento que perpassa circuitos de troca tão distintos quanto o mercado financeiro ou o mercado de trabalho. Em um primeiro momento, o papel de intermediário na implantação de mudanças organizacionais esteve associado com exclusividade à figura do “consultor”. Naquele contexto, as posições gerenciais eram legitimadas não somente pelas disputas internas às empresas, como também pela capacidade de adquirir e gerenciar capitais oriundos de investimentos em outros campos de poder. Isso se verificou no florescente mercado de consultoria (de ex-gerentes inclusive) e de cursos de MBA, bem como na aproximação do espaço acadêmico com respeito ao mundo empresarial, de que são exemplos emblemáticos as consultorias e as fundações universitárias. Os processos de internacionalização e de financeirização das empresas brasileiras contribuíram para a ascensão e transformação dos serviços de consultorias no Brasil. No seu bojo, diversificou-se esse espaço social, que passou a se diferenciar internamente segundo a heterogeneidade de tamanho, os serviços oferecidos e os profissionais nele atuantes. Talvez o caso mais emblemático desse movimento seja a emersão dos intermediários em sustentabilidade. Fugindo do modelo tradicional, eles inauguraram um novo mercado,

caracterizado por empresas de pequeno porte provedoras de serviços exclusivos de gestão social/ambiental.

Nesse artigo, os autores exploram o surgimento e a configuração da intermediação em sintonia com as transformações dos espaços organizacionais que têm lugar no provimento dos serviços públicos de saúde. Tais espaços passaram a ser geridos por organizações sociais que contratam preferencialmente profissionais por elas formados (ou por institutos a elas associados) e, assim, disseminam suas técnicas, estratégias, conhecimentos, domínio, cultura. Esses médicos, ocupantes de cargos de diretores nos hospitais, fomentam estratégias que visam a alcançar números e índices estipulados por um dispositivo que regula a relação de intermediação criada: os contratos de gestão. Donadone e Baggenstoss focalizam a emergência de um novo agente econômico, expresso na figura das “organizações sociais de saúde”, responsáveis por gerir uma parte significativa dos hospitais estaduais em São Paulo no momento do estudo de campo. Os autores documentam como as novas estratégias de gerenciamento providas da intermediação que se estabelece na saúde promovem a reconfiguração do hospital, na esteira das relações entre o Estado e as organizações sociais. Em sua análise apontam, igualmente, que a construção do lugar social assumido por tal intermediário se assenta em disputas por significados, legitimidade e hegemonia. No curso desse processo, as conquistas em termos normativos são verdadeiramente notáveis, rivalizando com os ganhos em eficiência organizacional. Em suma, explorando as formas de atuação e configuração dos intermediários em mais um estudo de caso, os autores mostram como se transforma o espaço social sobre o qual se tecem novas práticas econômicas no Brasil.

Encerram o corpo principal do Dossiê dois artigos que nos deixam diante de novas e provocativas reflexões teóricas sobre os mercados. Reflexões que bem ilustram os caminhos analíticos que estão sendo trilhados, hoje, pela sociologia econômica. Assim, em “Mercados como espelhos”, Juan Pablo Pardo-Guerra desafia as interpretações em voga que entendem os mercados como redes, instituições ou realizações performativas. Assim, por exemplo, pensar em relações econômicas como entidades inseridas em relações sociais nada mais seria, a seu ver, que afirmar, de forma qualificada e até certo ponto nuançada, uma distinção teórica (e talvez ontológica) entre mercados e sociedade. Diante dessa distinção, o autor propõe um novo desafio: e se os mercados forem pensados não como uma coleção de transações efêmeras e distantes do processo social, mas como reflexos da sociedade? Vale dizer, o que aconteceria se os considerássemos espelhos do mundo, antes que mecanismos abstratos e impessoais de produção, troca e exploração?

O artigo, por isso mesmo, propõe-se a argumentar em favor de um ponto, a saber, a capacidade que possuem os mercados de refletir os modos de organização social dos

ambientes em que operam. O autor nos convida a transcender o excepcionalismo econômico, repensando mercados como conjuntos de relações que reproduzem formas sociais preexistentes, desde desejos e utopias políticas, até padrões de concentração e desigualdade. Para tal, Pardo-Guerra lança mão de evidências e debates sobre as práticas de compensação e trocas nos mercados financeiros contemporâneos como pedra de toque para repensar seu papel nos dias que correm. Assume que, como âmbitos de produção de relações sociais, os processos de mercado constituem-se em verdadeiros espelhos culturais. Para avançar nessa via, ele aceita o desafio posto por Weber, que os representara como comunidades, e nos conduz a um diálogo criativo com as recentes teorias antropológicas do parentesco, em busca de sentar outras bases para uma ontologia dos mercados na vida moderna. O artigo estrutura-se, então, em dois movimentos conceituais complementares. Em primeiro lugar, o autor discute como e por que a relação de mercado pode ser entendida como uma relação social. Para isso, propõe-se a repensar tal relação à semelhança do que se passa em comunidades ditas “tradicionais”, nas quais os mercados e os sistemas de parentesco não diferem radicalmente uns dos outros. Em segundo lugar, apresenta os mercados como realizações burocrático-administrativas. Entretanto, em vez de contrastar mercados (sistemas horizontais) e hierarquias (estruturas verticais), desafia-nos a pensar em mercados como superfícies que se desenvolvem sobre, e ocultam, um mundo organizacional complexo e intrincado. Para ilustrar o vigor analítico do movimento teórico que propugna, Pardo-Guerra trata os casos das histórias das bolsas dos Estados Unidos e de São Paulo, cada uma das quais exemplares de como os mercados podem ser entendidos como espelhos de suas realidades sociais, mais que como sistemas abstratos.

Encerrando o corpo de artigos do Dossiê, Jens Beckert nos brinda com mais um texto teoricamente instigante em que reflete sobre a dinâmica do capitalismo, lançando um forte apelo ao lugar interpretativo seminal reservado às categorias sociológicas de análise³. Assim, em “Reimaginando a dinâmica capitalista: expectativas ficcionais e o caráter aberto dos futuros econômicos”, argumenta que para se compreender a ação econômica no capitalismo, retendo o sentido que os atores atribuem a suas decisões, é necessário centrar a atenção em suas percepções a respeito do futuro. Essa “ordem temporal” do capitalismo, como denomina tal dimensão, diz respeito às orientações cognitivas prevalentes entre os atores em relação aos horizontes de tempo de suas atividades econômicas. Um aspecto que, a seu ver, recebeu até aqui escassa atenção tanto por parte de economistas, como de sociólogos e historiadores,

3. Os organizadores do Dossiê agradecem à Oxford University Press a autorização para veicularmos, em português, as ideias contidas neste artigo, as quais circularam em Beckert (2015).

conquanto se encontre no cerne da dinâmica desse sistema econômico. Os estudiosos preferiram, antes, focar o progresso tecnológico, a mudança institucional, a divisão do trabalho, a diferenciação funcional, o crescimento populacional, a transformação cultural, entre outros muitos elementos.

Beckert sustenta que a emergência do capitalismo, na modernidade, se fez acompanhar pela ascensão de uma ordem temporal não apenas profundamente diferente, mas constitutiva da sua dinâmica. Assim, em contraste com sistemas econômicos tradicionais, o capitalismo institucionalizou uma organização da atividade econômica na qual os atores passaram a ser forçados a se orientar em direção a um futuro aberto. Em sua imprevisibilidade, um tal futuro se lhes afigurava seja como promessas de possibilidades ilimitadas, seja como um risco permanente a ameaçar os seus *status* econômicos. No nível micro, essa ordem temporal manifesta-se em futuros imaginados que podem ou não se concretizar. No nível macro, as ações induzidas pela orientação temporal dos atores produzem a incessante dinâmica do capitalismo sob a forma tanto do crescimento, como das crises esporádicas. Com efeito, ao tomarem decisões, os atores criam expectativas sobre seus resultados. Como o futuro é aberto, esses atores têm de confrontar a incerteza sobre o resultado de suas ações. Desse modo, por meio das noções de “expectativa” e “incerteza”, Beckert argumenta em favor de uma abordagem sociológica da economia, resolvendo o seu questionamento sobre as expectativas possíveis em condições de incerteza por meio da noção de “expectativas ficcionais”. Para bem evidenciar o valor heurístico da categoria que cunha, o autor a aplica à análise de quatro processos-chave no capitalismo: dinheiro e crédito, investimentos, inovação e consumo. Assim composto o arcabouço analítico, Beckert encontra uma criadora porta conceitual de saída para entender o notável dinamismo do capitalismo observado desde a Revolução Industrial.

Por fim, ao lado dessa mostra de novas abordagens que estão postas hoje sobre a mesa, este número da *Tempo Social* também oferece ao leitor a chance de acompanhar o modo como foi concebido um dos mais festejados trabalhos dos anos 2000, *The purchase of intimacy*. Na entrevista intitulada “*A negociação da intimidade, dez anos depois: entrevista com Viviana Zelizer*”, a obra é vista em perspectiva por sua autora, Viviana Zelizer, que também comenta as primeiras reações que marcaram a sua recepção, até mesmo entre economistas. Aproveitando a presença de Zelizer no Brasil, em 2015, por ocasião do evento comemorativo dos dez anos de lançamento do livro, patrocinado pelo Núcleo de Cultura e Economia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reunimos um pequeno grupo de intelectuais brasileiros para com ela rememorar seus principais passos na construção daquele objeto de estudo, bem como seu lugar no projeto intelectual da autora. A entrevista foi conduzida em 8 de setembro de 2015 e contou com a participação

de Nadya Araujo Guimarães, André Vereta-Nahoum, Federico Neiburg e Bianca Freire-Medeiros.

Em suma, como o leitor já antevê e poderá verificar, o conjunto de oito artigos e a entrevista que formam o corpo principal deste Dossiê são uma amostra indiscutível da vitalidade recente do campo da sociologia econômica. Ao reuni-los, quisemos dar seguimento a um partido analítico, bem expresso nas palavras de Mackenzie, Muniesa e Siu:

[As] sociologia e antropologia econômicas devem focar em como mercados são construídos e mantidos (e no papel da teoria econômica, dispositivos materiais, procedimentos, arquiteturas físicas, códigos linguísticos, e assim por diante, na construção e funcionamento de mercados), em vez de focar simplesmente em demonstrar as formas pelas quais mercados concretos diferem dos mercados abstratos dos economistas (Mackenzie *et al.*, 2007, p. 8, tradução livre).

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. (2004), “Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais”. *Tempo Social*, 16 (2): 35-64.
- APPADURAI, Arjun. (1986), “Introduction”. In: _____ (ed.). *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Nova York, Cambridge University Press.
- ASPERS, Patrick. (2001), *Markets in fashion, a phenomenological approach*. Londres, Routledge [edição revista em 2006].
- _____. (2010), *Orderly fashion, a sociology of markets*. Princeton, Princeton University Press.
- BECKERT, Jens. “What is sociological about economic sociology? Uncertainty and the embeddedness of economic action”. *Theory and Society*, 25 (6): 803-840.
- BECKERT, Jens. (2015), “Fictional expectations and capitalist dynamics”. In: ASPERS, Patrick & DODD, Nigel (eds.). *Re-imagining economic sociology*. Oxford, Oxford University Press, cap. 2.
- _____. & ASPERS, Patrick (eds.). (2011), *The worth of goods*. Oxford, Oxford University Press.
- BELK, Russell. (1988), “Possessions and the extended self”. *Journal of Consumer Research*, 15 (2): 139-168.
- BOURDIEU, Pierre. (1979), *De la distinction*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- _____. (2000), *Les structures sociales de l'économie*. Paris, Seuil.
- BURT, Ronald. (1992), *Structural holes: the social structure of competition*. Cambridge, Harvard University Press.
- CAILLE, Alain. (2000), *Anthropologie du don: le tiers paradigme*. Paris, La Découverte.
- CALLON, Michel. (1998), “Introduction: the embeddedness of economic markets in economics”. In: _____ (ed.). *The laws of the markets*. Oxford, Blackwell, pp. 1-57.

- _____. *et al.* (2007), *Market devices*. Oxford, Blackwell.
- COCHOY, Frank. (1998), "Another discipline for the market economy: marketing as a performative knowledge and know-how for capitalism". In: CALLON, Michel (ed.). *The laws of the markets*. Oxford, Blackwell, pp. 194-221.
- CONVERT, Bernard & HEILBRON, Johan. (2007), "Where did the new economic sociology come from?". *Theory and Society*, 36 (1): 31-54.
- ÇALISKAN, Koray & CALLON, Michel. (2009), "Economization, part 1: shifting attention from the economy towards processes of economization". *Economy and Society*, 38 (3): 369-398.
- _____. & _____. (2010), "Economization, part 2: a research program for the study of markets". *Economy and Society*, 39 (1): 1-32.
- DIMAGGIO, Paul; POWELL, Walter W. (1983), "The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields". *American Sociological Review*, 48 (2): 147-160.
- DOBBIN, Frank. (1994), *Forging industrial policy: The United States, Britain, and France in the Railway Age*. Nova York, Cambridge University Press.
- DOUGLAS, Mary & ISHERWOOD, Baron. (1978), *The world of goods: towards an anthropology of consumption*. Nova York, W. W. Norton.
- ESCOBAR, Arturo. *Encountering development*. (1995), Princeton, Princeton University Press.
- FERGUSON, James. (1999), *Expectations of modernity: myths and meanings of urban life on the Zambian Copperbelt*. Berkeley, University of California Press.
- FLIGSTEIN, Neil. (1996), "Markets as politics: a political-cultural approach to market institutions". *American Sociological Review*, 61 (4): 656-673.
- _____. (2002), *The architecture of markets: an economic sociology of twenty-first-century capitalist societies*. Princeton, Princeton University Press.
- FOURCADE, Marion. (2010), *Economists and societies: discipline and profession in the United States, Britain, and France, 1890s to 1990s*. Princeton, Princeton University Press.
- _____. (2011), "Cents and sensibility: economic valuation and the nature of 'nature'". *American Journal of Sociology*, 116 (6): 1721-1777.
- GEMICI, Kurtuluş. (2008). "Karl Polanyi and the antinomies of embeddedness". *Socio-Economic Review*, 6: 5-33.
- GEREFFI, Gary & KORZENIEWICZ, M. (eds.). (1994), *Commodity chains and global capitalism*. Westport, Praeger.
- GODELIER, Maurice. (1977), *Perspectives in marxist anthropology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GRANOVETTER, Mark. (1975), *Getting a job: a study on contacts and careers*. Chicago, University of Chicago Press.
- _____. (1985), "Economic action and social structure: the problem of embeddedness". *American Journal of Sociology*, 91 (3): 481-510.

- GREEN, Maia. (2014), *The development state: aid, culture & civil society in Tanzania*. Rochester, NY, Boydell and Brewer.
- GRÜN, Roberto. (2010), "A crise financeira, a guerra cultural e as transformações do espaço econômico brasileiro em 2009". *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 53 (2): 255-297.
- GUYER, Jane. (2004), *Marginal gains: monetary transactions in Atlantic Africa*. Londres, University of Chicago Press.
- HOLMES, Douglas. (2013), *Economy of words: communicative imperatives in Central Banks*. Chicago, Chicago University Press.
- KALLEBERG, Arne L. & BERG, Ivar. (1987), *Work and industry: structures, markets and processes*. Nova York, Plenum.
- KARPIK, Lucien. (2010), *Valuing the unique: the economics of singularities*. Princeton, Princeton University Press.
- KOPYTOFF, Igor. (1986), *The cultural biography of things: commoditization as process*. In: APPADURAI, Arjun (ed.). *The social life of things*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 64-94.
- LEBARON, Frédéric. (2000), *La croyance économique: les économistes entre science et politique*. Paris, Seuil.
- _____. (2010), *La crise de la croyance économique*. Vulaines-sur-Seine, Éditions du Croquant.
- LUZZI, Mariana. (2005), *Réinventer le marché? Les clubs de troc face à la crise en Argentine*. Paris, L'Harmattan.
- MACKENZIE, Donald. (2006), *An engine, not a camera*. Cambridge, MIT Press.
- _____. & MILLO, Yuval. "Constructing a market, performing theory: the historical sociology of a financial derivatives exchange". *American Journal of Sociology*, 109 (1): 107-145.
- _____. et al. (eds.). (2007), *Do economists make markets? On the performativity of economics*. Princeton, Princeton University Press.
- MALINOWSKI, Bronislaw. ([1922] 2002), *Argonauts of the Western Pacific: an account of native enterprise and adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*. Londres, Routledge.
- MARTIN, Emily. ([1986] 2015), *The meaning of money in China and the United States: the 1986 Lewis Henry Morgan lectures*. Chicago, Chicago University Press e HAU.
- MAUSS, Marcel. ([1923-4] 2005), *The gift: the form and reason for exchange in archaic societies*. Londres, Routledge.
- MCCRACKEN, Grant. (1988), *Culture and consumption: new approaches to the symbolic character of consumer goods and activities*. Bloomington, Indiana University Press.
- MEYER, John W; ROWAN, Brian. (1977), "Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony". *American Journal of Sociology*, 83 (2): 340-363.
- MILLER, Daniel (ed.). (2009), *Material cultures: why some things matter*. Londres, UCL Press.
- MIYAZAKI, Hirokazu. (2013), *Arbitraging Japan: dreams of capitalism at the end of finance*. Berkeley, University of California Press.

- MÜLLER, Lúcia Helena. (2006), *Mercado exemplar: um estudo antropológico sobre a bolsa de valores*. Porto Alegre, Zouk.
- NEIBURG, Federico. (2007), "As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro". *Mana*, 13 (1): 119-151.
- _____. (2010), "Os sentidos sociais da economia". In: DUARTE, Luiz Fernando Dias (org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo, Anpocs/Barcarolla/ Discurso Editorial, pp. 225-258.
- PARSONS, Talcott & SMELSER, Neil J. (1956), *Economy and society: a study in the integration of economic and social theory*. Glencoe, The Free Press.
- PODOLNYI, Joel. (1993), "A status-based model of market competition". *American Journal of Sociology*, 98 (4): 829-872.
- POLANYI, Karl. (1944), *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Nova York, Farrar & Rinehart.
- _____. (1957), "The economy as instituted process". In: _____ et al. *Trade and market in the early empires*. Glencoe, Free Press, pp. 243-269.
- ROITMAN, Janet. (2004), *Fiscal disobedience: an anthropology of economic regulation in Central Africa*. Princeton, Princeton University Press.
- SCHUMPETER, Joseph. (1954), *History of economic analysis*. Oxford, Oxford University Press.
- SIMMEL, Georg. (1900), *Philosophie des Geldes*. Berlim, Duncker & Humblot Verlag.
- SMELSER, Neil J. (1963), *The sociology of economic life*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- _____. & SWEDBERG, Richard (eds.). (2005). *The handbook of economic sociology*. 2. ed. Princeton/Oxford/Nova York, Princeton University Press/Russell Sage Foundation.
- STEINER, Phillipe. (2005a), *L'école durkheimienne et l'économie: sociologie, religion et connaissance*. Paris, Librairie Droz.
- _____. (2005b), "Pourquoi la sociologie économique est-elle si développée en France?". *L'Année Sociologique*, 55 (2): 391-415.
- SWEDBERG, Richard. (1987), "The launching of economic sociology 1890-1920". *Current Sociology*, 35 (1): 25-41.
- _____. (2000), *Max Weber and the idea of economic sociology*. Princeton, Princeton University Press.
- THOMAS, Nicholas. (1991), *Entangled objects: exchange, material culture, and colonialism in the Pacific*. Cambridge, Harvard University Press.
- VELTHUIS, Olav. (2005), *Talking prices: symbolic meanings of prices on the market for contemporary art*. Princeton, Princeton University Press.
- WEBER, Florence (2002), "Práticas econômicas e formas ordinárias de cálculo". *Mana*, 8 (2): 151-182.
- WHITE, Harrison C. (1981), "Where do markets come from?". *American Journal of Sociology*, 87 (3): 517-547.

- _____. (2002), *Markets from networks: socioeconomic models of production*. Princeton, Princeton University Press.
- WILKIS, Ariel. *Las sospechas del dinero: moral y economía en la vida popular*. Buenos Aires, Paidós.
- ZALOOM, Caitlin. (2006), *Out of the pits: traders and technology from Chicago to London*. Chicago, Chicago University Press.
- ZELIZER, Viviana. (1994), *The social meaning of money: pin money, paychecks, poor relief, and other currencies*. Nova York, Basic Books.
- _____. (2005), *The purchase of intimacy*. Princeton, Princeton University Press.
- ZUKIN, Sharon & DIMAGGIO, Paul (eds.). (1990), *Structures of capital: the social organization of the economy*. Cambridge, Cambridge University Press.

Texto recebido em 6/01/2017 e aprovado em 6/1/2017. DOI: 10.11606/0103-2070.ts2017.125380.

NADYA ARAUJO GUIMARÃES é professora do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP e pesquisadora I-A do CNPq associada ao Centro de Estudos da Metrópole/Cebrap. E-mail: nadya@usp.br.

ANDRÉ VERETA-NAHOUM é pesquisador de pós-doutorado Fapesp (Processo n. 2014/13285-6) no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e pesquisador associado ao Núcleo de Estudos em Cultura e Economia (Nucec-UFRJ). E-mail: andre.nahoum@gmail.com.